

2017

**TRABALHOS DE CONCLUSÃO DE
CURSO: MONOGRAFIA**

PROF. ME. CRISTIANO STARLING ERSE

Sumário

1 INTRODUÇÃO.....	3
2 ORIGEM	3
3 FUNÇÕES.....	4
4 TIPOLOGIA.....	5
5 TÍTULOS ACADÊMICOS	6
6 FORMAS DE MATERIALIZAÇÃO DA PESQUISA.....	7
7 PADRONIZAÇÃO E NORMALIZAÇÃO.....	8
8 PROJETO DE PESQUISA.....	10
8.1 PRIMEIRAS LINHAS	10
8.2 TEMA.....	10
8.3 PROBLEMA	12
8.4 HIPÓTESE(S)	12
8.5 OBJETIVOS.....	13
8.5.1 Objetivo geral	13
8.5.2 Objetivos específicos.....	13
8.6 JUSTIFICATIVA(S)	13
8.7 REFERENCIAL TEÓRICO.....	14
8.8 LEVANTAMENTO BIBLIOGRÁFICO	14
8.9 METODOLOGIA.....	15
8.10 CRONOGRAMA	15
9 A REALIZAÇÃO DO PROJETO.....	15
9.1 ELEMENTOS PRÉ-TEXTUAIS	15
9.2 ELEMENTOS TEXTUAIS	18
9.2.1 Introdução.....	18

9.2.2 Desenvolvimento	18
9.2.3 Conclusão ou Considerações finais	19
9.4 ELEMENTOS PÓS-TEXTUAIS	19
10 CITAÇÕES	21
10.1 CONCEITO E FUNÇÕES	21
10.2 TIPOS	21
10.3 REFERÊNCIA DA CITAÇÃO	22
10.4 REGRAS GERAIS DE APRESENTAÇÃO	22
11 CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO	27
12 APRESENTAÇÃO FORMAL DO ARTIGO CIENTÍFICO	28
12.1 FORMATAÇÃO	28
12. 2 REFERÊNCIAS	33
13 CONSIDERAÇÕES FINAIS	38
REFERÊNCIAS	38

1 INTRODUÇÃO

Há algum tempo acompanho o desenvolvimento de Trabalhos de Conclusão de Curso (TCC) e vejo a angústia que assola a maioria dos alunos nesta fase dos cursos de graduação e pós-graduação em Direito.

A meu ver, um exagero que deve e pode ser desfeito por meio de orientações pontuais e de um planejamento adequado, razão pela qual apresento essas breves reflexões didático-pedagógicas, objetivando auxiliar o concluinte a se contextualizar e compreender melhor a questão, pois muitas das distorções que encontramos no dia a dia ocorrem por falta de consciência e consistência neste quesito.

Em virtude da natureza didática, permito-me apresentar o texto na primeira pessoa do singular.

2 ORIGEM

A origem dos Trabalhos de Conclusão de Curso nos cursos de graduação em Direito é relativamente recente no Brasil. Foi através da Portaria 1.886/94 do Ministério da Educação e Cultura (MEC) que se estabeleceu a obrigatoriedade de apresentação e defesa de monografia final, perante banca examinadora, com tema e orientador escolhidos pelo aluno. A medida entrou em vigor, porém, apenas em 1996, com a Portaria 03/96, obedecendo-se um período de transição.

Em 29 de setembro de 2004, o Conselho Nacional de Educação (CNE) e a Câmara de Educação Superior (CES) elaboraram e publicaram em conjunto a Resolução 09, instituindo novas diretrizes curriculares nacionais para o Curso de Graduação em Direito, mantendo-se o Trabalho de Conclusão de Curso. Veja-se:

Art. 10. O Trabalho de Curso é componente curricular obrigatório, desenvolvido individualmente, com conteúdo a ser fixado pelas Instituições de Educação Superior em função de seus Projetos Pedagógicos.

Parágrafo único. As IES deverão emitir regulamentação própria aprovada por Conselho competente, contendo necessariamente, critérios, procedimentos e mecanismos de avaliação, além das diretrizes técnicas relacionadas com a sua elaboração.

Há de se ressaltar que a referida resolução trouxe dois aspectos importantes. Primeiro, o termo Monografia foi substituído por Trabalho de Curso, o que nos remete a ideia de que outras modalidades e formatos acadêmicos poderão ser utilizados, desde que sejam individuais e estejam devidamente regulamentados pela Instituição de Ensino Superior (IES). Assim, é possível a substituição da monografia tradicional por resenhas, informes científicos, artigos científicos e, até mesmo, trabalhos técnico-práticos. De igual modo, a apresentação em banca examinadora deixou de ser requisito essencial, passando a ser uma escolha institucional.

3 FUNÇÕES

De modo corrente, é muito comum ouvirmos críticas a respeito da obrigatoriedade dos Trabalhos de Conclusão de Curso, até mesmo por parte de professores universitários. Quase sempre a fundamentação é a de que nem todos almejam uma carreira acadêmica e que a pesquisa jurídica pouco acrescentaria ao concluinte. O TCC seria, nesta concepção, apenas uma burocracia legislativa desprovida de grande utilidade prática.

Discordo com veemência da referida linha de raciocínio. O ensino superior brasileiro precisa evoluir do sistema de reprodução do saber profissionalizante, típico da ideologia educacional do regime militar, para o de produção e construção do conhecimento (GALUPPO, 2008, p.17). A pesquisa é um fator importantíssimo no desenvolvimento e na formação de juristas contemporâneos, uma vez que permite autonomia e emancipação do formando. Nunes (2009, p.3) retrata muito bem esta realidade:

A monografia é muito útil para demonstrar que atualmente não se pode mais aceitar a ideia (dogmática) de que é “o professor que ensina”, mas sim de que é “o aluno que aprende”. A função do professor é orientá-lo e auxiliá-lo nesse aprendizado.

Poucos cursos são tão ligados às técnicas de pesquisa quanto o Direito. Dominando os métodos de produção científica e a língua portuguesa com certa destreza, o trabalho jurídico torna-se menos árduo e com melhores resultados.

É inegável que o processo de construção de um TCC aumenta e aprofunda o conhecimento do aluno na área escolhida, além de treinar o raciocínio lógico, a articulação, a escrita, o controle emocional e a exposição oral. A elaboração de um TCC tem também a função de diagnosticar

as virtudes e as deficiências tanto do aluno quanto da Instituição de Ensino Superior, o que bem aproveitado pode servir como parâmetro para correção de rumo de ambos.

Por fim, cumpre-se ressaltar que existe no TCC uma simbologia. Trata-se de um rito de passagem, o fim de um ciclo precioso na vida do estudante, uma espécie de linha de chegada da corrida educacional. O Prof. Gladston Mamede (2001, p.31) sintetiza com brilhantismo as funções do TCC da seguinte forma:

Como visto, é possível encarar o trabalho acadêmico como um rito de passagem. Isto talvez explique a angústia que envolve a sua elaboração, assim como toda a expectativa que lhe corresponde. Espera-se que o candidato demonstre habilidades para o título que postula (bacharel, especialista, mestre ou doutor), habilidades estas que vão desde a capacidade de identificar um problema relevante para ser objeto de estudo do seu trabalho, passam pela elaboração da pesquisa, coleta, avaliação e manejo de elementos, bem como pela elaboração do texto (atendidas todas as suas exigências técnicas), culminando com a defesa. Todas essas fases são fundamentais na avaliação do aluno (MAMEDE, 2001, p.31).

4 TIPOLOGIA

Diversas são as classificações encontradas na doutrina sobre a tipologia do TCC, variando de acordo com a área de conhecimento e os critérios de cada autor. A falta de uma corrente uníssona e consagrada sobre o assunto causa dificuldades para compreensão de seus limites. Todavia, como o escopo deste artigo é o de contextualizar o leitor no universo dos TCCs, utiliza-se aqui apenas o critério relativo à natureza do resultado final, deixando as demais classificações para um estudo que trate também de métodos específicos. A explicação para a escolha é simples: este é o primeiro ato decisório do processo de elaboração do TCC.

Em síntese, quanto à natureza dos resultados finais, a pesquisa que dá origem ao TCC pode ser classificada em dois grandes grupos: a) pesquisas científicas ou de investigação; b) pesquisas de divulgação ou de compilação.

A pesquisa científica no Direito é aquela caracterizada pela investigação metódica de um tema (assunto) problematizado com o objetivo de se buscar a verdade jurídica para a demanda proposta. Todo o estudo gira em torno de uma indagação (dificuldade) específica, central e delimitada que deve ser relevante do ponto de vista acadêmico e ao mesmo tempo alvo de um

tratamento analítico rigoroso e exaustivo. A maior parte dos cursos de Direito no Brasil adotam, pelo menos em teoria, o TCC exclusivamente com este perfil.

Na chamada pesquisa de divulgação ou de compilação escolhe-se, geralmente, um tema amplo e genérico e sobre ele se faz uma qualificada revisão literária, demonstrando-se o conhecimento dos principais autores da área e construindo-se um novo texto que, na maioria das vezes, tem caráter apenas informativo. Nos estudos de divulgação são utilizados métodos e técnicas típicas da ciência, porém o resultado não é propriamente desta natureza, posto que não existe um problema específico a ser enfrentado.

O Prof. Marcelo Campos Galuppo (2008, p. 36) retrata as diferenças tipológicas quanto aos resultados obtidos da seguinte maneira:

[...] Proponho que se entenda por trabalho de divulgação aquele que, sem problematizar (formular um problema sobre) um tema, pretende apresentar, tendo em vista, preponderantemente, fins didáticos, o que se escreveu sobre ele. Por pesquisa que produz uma investigação científica, entendo aquela que, problematizando um tema, produz conhecimento sobre algo.

Nem todas as instituições de ensino autorizam pesquisas exclusivamente de compilação, razão pela qual você deverá verificar se há ou não esta possibilidade. Acredito, todavia, que a melhor escolha para a sua formação profissional seja de fato a modalidade investigativa, pois além de servir como experiência para cursos posteriores à graduação, está relacionada ao dia a dia do jurista.

5 TÍTULOS ACADÊMICOS

A vida acadêmica no Direito brasileiro envolve, oficialmente, três ciclos de estudos, havendo entre eles subdivisões: a) graduação; b) pós-graduação lato sensu; c) pós-graduação stricto sensu. Cada etapa tem uma função específica e é certificada por um documento que dá autenticidade e reconhecimento público, os denominados títulos acadêmicos.

A graduação destina-se a fornecer ao estudante uma visão ampla e genérica da ciência jurídica, contemplando seus conteúdos mais importantes e desenvolvendo as habilidades necessárias para uma atuação profissional adequada. Aquele que completa a graduação superior em

entidade reconhecida pelo Ministério da Educação e Cultura (MEC) recebe o título de bacharel em Direito.

Após a graduação, abre-se ao discente a oportunidade de ingresso em cursos de pós-graduação *Lato Sensu* e *Stricto Sensu*.

A pós-graduação *lato sensu* confere o título de especialista e tem como principal objetivo aprofundar os conhecimentos do graduado em uma área específica do Direito, preparando-o para o mercado de trabalho. Enquanto a graduação fornece uma visão horizontal do Direito, a pós-graduação *lato sensu* concentra-se em apresentar um estudo vertical de um campo jurídico com escopo profissionalizante.

A pós-graduação *Stricto Sensu* divide-se em programas de Mestrado e Doutorado. O mestrado é voltado para a formação de professores, exigindo-se do candidato um completo domínio do campo de atuação escolhido, das técnicas de pesquisa científica e de comunicação didática, enquanto o doutorado visa a formação de pesquisadores que possam apresentar propostas inovadoras para ciência. Os títulos conferidos em pós-graduações *stricto sensu* são respectivamente os de mestre e de doutor.

6 FORMAS DE MATERIALIZAÇÃO DA PESQUISA

A atual legislação educacional brasileira exige a produção de pesquisa monográfica como requisito para obtenção de títulos acadêmicos no Direito em todos os ciclos mencionados no item anterior.

Toda pesquisa precisa, entretanto, ser materializada em um documento físico ou digital para que possa ser avaliada e divulgada. Os relatórios das pesquisas monográficas de conclusão de cursos de graduação e de especialização recebem, de acordo com a Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), respectivamente os nomes de Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) e Trabalho de Conclusão de Curso de Especialização (TCCE) e são definidos da seguinte maneira:

Documento que representa o resultado de estudo, devendo expressar conhecimento do assunto escolhido, que deve ser obrigatoriamente emanado da disciplina, módulo, estudo independente, curso, programa e outros

ministrados. Deve ser feito sob a coordenação de um orientador (ABNT, 2005, p.3).

Tradicionalmente, os TCCs e TCCEs têm recebido por parte das Instituições de Ensino a nomenclatura de “monografias”. A expressão traduz uma realidade sob o ponto de vista técnico, pois, de fato, espera-se que o discente aborde em seu estudo apenas um tema e não uma gama temática como acontece, por exemplo, nos manuais e cursos didáticos.

Contudo, a ABNT não adotou oficialmente a terminologia, uma vez que as dissertações de mestrado e as teses de doutorado também são monografias em sentido lato (amplo). O termo monografia tem, assim, mais de um significado na academia jurídica. Em sentido amplo, é gênero de estudo que se destina a esgotar um tema único e delimitado, podendo ser desenvolvido tanto na graduação, quanto na especialização, no mestrado e no doutorado. Em sentido restrito, é o nome que recebe tradicionalmente o relatório de pesquisa dos cursos de graduação e especialização.

Nos cursos de mestrado, o relatório da pesquisa recebe o nome de dissertação e é caracterizado por ser um:

Documento que representa o resultado de um trabalho experimental ou exposição de um estudo científico retrospectivo, de tema único e bem delimitado em sua extensão, com o objetivo de reunir, analisar e interpretar informações. Deve evidenciar o conhecimento de literatura existente sobre o assunto e a capacidade de sistematização do candidato. É feito sob a coordenação de um orientador (doutor), visando a obtenção do título de mestre (ABNT, 2005, p.2).

Já no doutorado, chama-se tese o

Documento que representa o resultado de um trabalho experimental ou exposição de um estudo científico de tema único e bem delimitado. Deve ser elaborado com base em investigação original, constituindo-se em real contribuição para a especialidade em questão. É feito sob a coordenação de um orientador (doutor) e visa a obtenção do título de doutor, ou similar (ABNT, 2005, p.2).

7 PADRONIZAÇÃO E NORMALIZAÇÃO

Uma das características elementares dos trabalhos acadêmicos é a padronização documental, ou seja, a utilização de normas e regras rígidas na elaboração do relatório de pesquisa. A medida visa aumentar a eficácia da produção acadêmica, facilitando a redação, leitura, comparação e armazenamento das informações.

No Brasil, a padronização e normalização são alavancadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), entidade privada, sem fins lucrativos, reconhecida com único Foro Nacional de Normalização através da Resolução n.07 do CONMETRO, de 24 de agosto de 1992. As Normas Brasileiras (NBR), cujo conteúdo é de responsabilidade dos Comitês Brasileiros (ABNT/CB) e dos Organismos de Normalização Setorial (ABNT/ONS), são criadas por Comissões de Estudo (CE), formadas por representantes de diversos setores e circulam para Consulta Pública entre os associados da ABNT e demais interessados. As normas mais utilizadas para apresentação de trabalhos científicos são:

- NBR 6023. Informação e documentação: referências: elaboração. Rio de Janeiro, 2002.
- NBR 10520. Informação e documentação: citações em documentos: apresentação. Rio de Janeiro, 2002.
- NBR 6022. Informação e documentação: Artigo em publicação periódica científica impressa. Rio de Janeiro, 2003.
- NBR 6024. Numeração progressiva das seções de um documento: procedimento. Rio de Janeiro, 2012
- NBR 6027. Sumário: procedimento. Rio de Janeiro, 2012.
- NBR 6028. Resumos. Rio de Janeiro, 2003.
- NBR 6034. Informação e documentação- Índice- Apresentação. Rio de Janeiro, 2004.
- NBR 12225. Informação e Documentação – Lombada – Apresentação. Rio de Janeiro, 2004.
- NBR 14724. Informação e documentação- trabalhos acadêmicos - apresentação. Rio de Janeiro, 2011.
- NBR 15287. Projetos de Pesquisa. Informação e documentação – Projeto de Pesquisa - apresentação. Rio de Janeiro, 2011.

Às normas da ABNT, somam-se os regulamentos de cada instituição de ensino superior. Tais documentos têm, na maioria das vezes, um caráter complementar, objetivando atender as especificidades do curso e as escolhas institucionais, guardando compatibilidade com o comum nacional.

É muito importante para o pesquisador cumprir satisfatoriamente este requisito. Dos elementos de avaliação de um TCC, este é o único que permite controle total por parte do autor. Aquele que segue a risca as determinações previstas garante parte dos pontos distribuídos, além de causar uma boa primeira impressão. Em contrapartida, uma apresentação inadequada pode prejudicar até mesmo a análise do conteúdo, podendo gerar no avaliador má vontade e preguiça.

Um trabalho bem cuidado do ponto de vista normativo valoriza o estudo, assim como uma moldura destaca a pintura.

8 PROJETO DE PESQUISA

8.1 PRIMEIRAS LINHAS

De um modo geral, muito do sentimento de angústia que invade os estudantes na elaboração de um TCC é fruto de um planejamento inadequado. Dentro dessa perspectiva, o Projeto de Pesquisa é uma ferramenta importantíssima, uma vez que serve como verdadeira bússola para o pesquisador durante a etapa de investigação e produção monográfica, apontando o rumo a ser seguido na coleta e na análise de dados. Apesar da relevância do tema, boa parte dos discentes acaba menosprezando essa etapa do processo investigativo, o que traz dificuldades extras no que se refere à organização de ideias e conteúdo.

Cumpra-se frisar que os tópicos obrigatórios dos projetos de pesquisa podem variar de acordo com a Instituição de Ensino, não existindo um modelo único. A Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) estabelece, contudo, linhas gerais ao dispor que:

O texto deve ser constituído de uma parte introdutória, na qual devem ser expostos o tema do projeto, o problema a ser abordado, a(s) hipótese(s), quando couber(em), bem como o(s) objetivo(s) a ser(em) atingido(s) e a(s) justificativa(s). É necessário que sejam indicados o referencial teórico que o embasa, a metodologia a ser utilizada, assim como os recursos e o cronograma necessários à sua consecução (ABNT, 2011, p.5).

Para o trabalho ora apresentado, optou-se pela divisão do assunto nos seguintes tópicos: tema; problema; hipóteses; objetivos (geral e específicos); justificativas; referencial teórico; levantamento bibliográfico; metodologia; cronograma.

8.2 TEMA

Escolher um tema é encontrar um objeto de estudo que mereça ser investigado pela ciência e tenha condições de ser formulado e delimitado em função da pesquisa (CRUZ; HOFFMANN; RIBEIRO, 2006, p.128). Trata-se do ponto de partida do pesquisador que dará origem a seu projeto e, posteriormente, ao seu TCC (GALUPPO, 2008, p.37).

Neste item, o autor deverá apresentar os elementos gerais de sua proposta, passando ao leitor uma primeira noção sobre o que versa o seu projeto. Tema não se confunde com a área de conhecimento, tampouco com o título do trabalho, apesar de guardar profunda relação com ambos. Nesse sentido, cita-se os ensinamentos da Profa. Maria Helena Michel (2009, p.94):

[...] é importante lembrar que tema é assunto, não é título do trabalho. Portanto, não se define tema criando-se orações, frases que contenham uma ação a ser feita, desenvolvida. Definição do tema é a indicação sucinta do assunto e da área de interesse. Outro aspecto a considerar é que na definição do tema deve-se cuidar para delimitá-lo; ou seja, criar seus contornos de forma bem específica, dando-lhe um foco definido, escolher um aspecto, uma abordagem a ser trabalhada.

Para Umberto Eco (2009), a escolha de um tema deve observar cinco regras básicas: (1) que o tema responda aos interesses do candidato; (2) que as fontes de consulta sejam acessíveis; (3) que as fontes de consulta estejam ao alcance cultural do candidato; (4) que o quadro metodológico esteja ao alcance da experiência do candidato; (5) que o professor orientador seja adequado.

Difícilmente um aluno fará uma boa monografia se não tiver intimidade com área de concentração e gosto pelo tema escolhido. Do mesmo modo, não adianta o interesse pelo tema, se as fontes de informação estiverem fora da esfera material ou intelectual do discente, o que poderá acarretar em grande frustração.

O Professor Gladston Mamede (2001) ressalta ainda que alguns pontos merecem destaque quando se trata de trabalho destinado à avaliação. Para o renomado autor, o tema deve ser: (1) relevante do ponto de vista disciplinar, uma vez que não se faz ciência daquilo que é insignificante; (2) novo quanto ao enfoque e organização das ideias; (3) viável em sua realização; (4) e planejado quanto à sua abrangência.

Amadurecida a ideia a respeito do tema, os demais elementos do projeto de monografia fluirão com facilidade. Ressalte-se que o tema deverá ser convertido posteriormente em problema, uma vez que, por mais recortado e específico que seja, é ainda muito amplo para ser pesquisado cientificamente (GALUPPO, 2008, p.101).

8.3 PROBLEMA

Escolhido o tema, segue-se a fase de questionamento ou problematização. Esta fase visa identificar a(s) dificuldade(s) que o tema sugere, facilitando a delimitação máxima do objeto de estudo (CRUZ; HOFFMANN; RIBEIRO, 2006, p.130).

Segundo Galuppo (2008, p. 101), um problema se caracteriza por apresentar um recorte direcionador da pesquisa, ou seja, por indicar que aspectos e que variáveis de determinado tema serão pesquisados, revelando o enfoque que se dará à sua pesquisa.

Michel (2009, p.95) esclarece que

O problema da pesquisa, ou problemas, traduzem uma DÚVIDA, uma CURIOSIDADE em torno do assunto. Pode significar a DIFICULDADE, teórica ou prática, que originou a necessidade da pesquisa, para a qual se quer encontrar uma solução. Portanto, pode-se sintetizar que o problema é a questão que encerra uma dificuldade, teórica ou prática, para a qual se quer encontrar uma solução.

Formular o problema com uma ou várias perguntas permite traçar para a pesquisa uma dimensão viável, clara e objetiva.

8.4 HIPÓTESE(S)

Salomon (2008, p.219) define hipótese “como resposta provisória ao problema”. Trata-se de uma expectativa prévia do pesquisador que deverá ser verificada, constatada ou refutada. A hipótese deve ser testável e responder ao problema proposto de forma plausível (CRUZ; HOFFMANN; RIBEIRO, 2006, p.130).

Em sentido próximo, França et al. (2009, p.83) afirma que a hipótese “consiste em oferecer uma solução possível, através de uma proposição testável que pode ser considerada verdadeira ou falsa ao final da investigação e que conduziram o desenvolvimento da pesquisa”.

A refutação da hipótese pelo pesquisador não desmerece o seu trabalho, pois a ciência é empreendimento colaborativo e mesmo uma hipótese provada falsa servirá como ponto de partida para outros pesquisadores (GALUPPO, 2008, p.105).

8.5 OBJETIVOS

8.5.1 Objetivo geral

O autor de um projeto de pesquisa deverá indicar neste item a síntese do que se pretende alcançar com a pesquisa. Em outros termos, deve-se expor o propósito da pesquisa, o alvo a ser atingido, aonde se deseja chegar com a pesquisa (MICHEL, 2009, P.95).

O objetivo geral deve ser um só, retratar o principal interesse do autor e ser coerente com o tema, o problema e a hipótese. Recomenda-se que seja elaborado utilizando-se verbos no infinitivo.

8.5.2 Objetivos específicos

Os objetivos específicos, por sua vez, explicitarão os detalhes e serão um desdobramento do objetivo principal (CRUZ; HOFFMANN; RIBEIRO, 2006, p.128).

Em outras palavras, os objetivos específicos representam os passos necessários para o alcance dos objetivos gerais, ou seja, a decomposição do objetivo geral em ações pormenorizadas que serve de guia para o aluno completar o seu trabalho (LAGE, 2008, p.11)

Objetivos específicos representam os interesses, ganhos e conhecimentos periféricos contidos na delimitação do tema. Podem ser vários e também deverão ser elaborados com verbos no infinitivo (MICHEL, 2009, p.95).

8.6 JUSTIFICATIVA(S)

Segundo Mamede (2001, p.49) justificativa é o “espaço destinado a permitir que o candidato explique as razões que motivam a proposição.”

Assim, neste item, o pesquisador irá arrolar os motivos pelos quais o trabalho deva ser produzido tais como a relevância científica do tema, os problemas e as polêmicas já constatados pela doutrina e jurisprudência e a contribuição que se pretende dar ao debate acadêmico.

Ao se justificar a pesquisa, deve-se também indicar as razões de ordem pessoal como o interesse e a experiência do pesquisador, demonstrando não ser a pesquisa uma simples aventura ou burocracia acadêmica (GALUPPO, 2008, p.120).

8.7 REFERENCIAL TEÓRICO

Todo trabalho científico parte de um conhecimento anterior do pesquisador. A definição do tema, do problema, da(s) hipóteses, justificativa(s) e objetivos faz pressupor essa realidade e são extraídos de uma pesquisa preliminar que deverá ser aprofundada em um segundo momento.

Entretanto, para que um projeto seja considerado consistente, o pesquisador deverá demonstrar, através de um texto dissertativo, a base teórica que vai fundamentar (iniciar) a sua reflexão e seus argumentos, facilitando a análise da viabilidade do Trabalho Científico pelo docente responsável.

Sobre o referencial teórico, Cruz; Hoffmann e Ribeiro (2006, p.131) esclarecem que:

Este elemento textual deverá responder às seguintes questões: quem já escreveu e o que já foi publicado sobre o assunto, que aspectos já foram abordados e quais as lacunas existentes na literatura.

Pode objetivar determinar o “estado da arte”, ser uma revisão teórica ou ainda ser uma revisão histórica.

Também neste tópico, o autor deverá explicitar a congruência entre o tema escolhido e a área de concentração do curso de graduação ou pós-graduação que o discente está concluindo (CRUZ; HOFFMANN; RIBEIRO, 2006, p.131).

8.8 LEVANTAMENTO BIBLIOGRÁFICO

O pesquisador deverá apresentar no projeto de pesquisa, ainda que de forma breve, um levantamento prévio da bibliografia existente sobre o assunto e que pretende utilizar na sua monografia. O levantamento bibliográfico guarda assim grande relação com o referencial teórico.

8.9 METODOLOGIA

Segundo Cruz, Hoffmann e Ribeiro (2006, p.40) “método significa o conjunto de etapas e processos a serem ultrapassados ordenadamente na investigação dos fatos ou na procura da verdade”.

Pode-se afirmar que é o caminho que pesquisador pretende percorrer na busca da verdade científica, na solução do problema proposto e na verificação da(s) hipótese(s) trabalhada(s).

Neste item, o pesquisador deverá indicar também o tipo de pesquisa que pretende produzir quanto ao enfoque (histórica ou teórica), a forma como pretende coletar os dados (pesquisa bibliográfica ou de campo), a natureza do produto final (investigação ou divulgação) e os procedimentos para análise dos dados colhidos (GALUPO, 2008, p.36).

8.10 CRONOGRAMA

Por fim, o pesquisador deverá apresentar um cronograma em que alinhará o seu roteiro de atuação e o tempo (prazos e datas) que pretende utilizar em cada etapa. É muito usual a utilização de tabela na apresentação do cronograma (MAMEDE, 2001, p.49).

9 A REALIZAÇÃO DO PROJETO

Após a elaboração do projeto de pesquisa, resta ao pesquisador realizar aquilo que planejou e sedimentar o estudo em um relatório escrito. A pós-graduação da FDJANSSEN adota como modelo padrão para seus Trabalhos de Conclusão de Curso os artigos científicos.

A estrutura do artigo científico como modalidade de TCC na FDPAJ será constituída por elementos pré-textuais, preliminares, textuais e pós-textuais, a seguir expostos.

9.1 ELEMENTOS PRÉ-TEXTUAIS

a) Capa:

Proteção externa do TCC, onde serão impressas as informações indispensáveis à sua identificação. Deverá conter o nome da instituição, o(a) autor(a), título do trabalho, subtítulo, se houver, local (cidade) e ano do depósito, dispostos nesta ordem (FRANÇA et.al., 2007, p.38).

b) Folha de Rosto:

Deverá conter, nesta ordem, **o nome completo** do autor(a) centrado no alto da folha de rosto, escrito com letras menores do que as utilizadas para o título; **título preciso e significativo do artigo científico**, escrito com fonte maior que a do nome do autor, colocado no centro da página e **subtítulo**, quando houver, separado por dois pontos; **nota do artigo científico** explicitando a natureza do trabalho, mencionando o curso e a unidade aos quais foi apresentado e o objetivo (grau pretendido); **área de concentração; o nome do orientador; notas tipográficas** compostas pelo local, instituição e ano do depósito centrado um em cada linha, observando a margem vertical inferior de 2,0 cm (FRANÇA et al., 2007, p.38).

c) Dedicatória (opcional)

Folha onde o autor presta homenagem(s) ou dedica o seu trabalho.

d) Agradecimentos (opcional)

Folha onde o autor faz agradecimentos dirigidos àqueles que contribuíram de maneira relevante à elaboração do trabalho.

e) Epígrafe (opcional)

Folha onde o autor apresenta uma citação, seguida de indicação de autoria, relacionada com a matéria tratada no corpo do trabalho. Pode ocorrer também no início de cada capítulo.

f) Resumo na língua vernácula (de origem)¹

Conforme a NBR 6028, o resumo consiste na apresentação concisa dos pontos relevantes de um texto; constitui-se em uma seqüência de frases concisas e objetivas, e não de uma simples enumeração de tópicos, não ultrapassando 500 palavras, seguido, logo abaixo, das palavras representativas do conteúdo do trabalho, isto é, palavras-chave e/ou descritores.

g) Resumo em língua estrangeira (abstract)

O resumo em língua estrangeira é elemento obrigatório para dissertações e teses e opcional para monografias de conclusão de curso e consiste em uma versão do resumo em idioma de divulgação internacional (em inglês Abstract, em castelhano Resumen, em francês Résumé, por exemplo). Deve ser seguido das palavras representativas do conteúdo do trabalho, isto é, palavras-chave e/ou descritores, na língua.

h) Lista de ilustrações

Relação de desenho, gravura, imagem, fotos, quadros, gráficos que acompanham o texto.

i) Lista de tabelas

Relação das tabelas apresentadas no texto.

j) Lista de abreviaturas e siglas

Consiste na relação alfabética das abreviaturas e siglas utilizadas no texto. Entende-se por sigla a reunião das letras iniciais dos vocábulos fundamentais de uma denominação ou título.

¹ De acordo com a NBR6028 (ABNT, 1989c).

k) Sumário

Consiste na enumeração das principais divisões, seções e outras partes do trabalho, na mesma ordem e grafia em que a matéria nele se apresenta, acompanhado do respectivo número da página.

9. 2 ELEMENTOS TEXTUAIS

9.2.1 Introdução

A introdução tem como principal função apresentar ao leitor as diretrizes fundamentais do trabalho científico realizado, contendo a síntese do projeto de pesquisa que o antecedeu.

Nestes moldes, deverão estar presentes neste item, de forma clara e concisa, o tema, o problema, a(s) hipótese(s), os objetivos, as justificativas e o caminho traçado (métodos) pelo autor para realização da proposta.

9.2.2 Desenvolvimento

Após a apresentação dos elementos essenciais, o pesquisador desenvolverá o tema proposto, demonstrando conhecimento da literatura relativa ao assunto com o escopo de criar as condições necessárias para a verificação da(s) hipótese(s) e a solução consistente do problema.

Durante todo o desenvolvimento, o autor deverá buscar formas de fundamentar o seu pensamento, estabelecendo sempre o diálogo e a intertextualidade, articulando os dados colhidos em favor da construção de resultados sólidos. Neste sentido, transcreve-se a seguir trecho da obra do Professor Gladston Mamede (2001, p.89):

Ao longo do desenvolvimento, há um princípio, uma regra básica que não pode ser esquecida jamais: justamente pela natureza técnica da atividade acadêmica, não se toleram leviandades ao longo do trabalho acadêmico: tudo o que se afirma deve ser demonstrado. Teorias são construídas contando com pontos de apoio: outras teorias, pesquisas, levantamentos experiências. Esses elementos são os pontos que dão os contornos do trabalho acadêmico, afastando-o de especulações surreais, aceitáveis na arte, mas não nos liceus.

Como diz Umberto Eco, “pode-se mesmo dizer que Dante era um mau poeta: mas cumpre dizê-lo depois de pelo menos trezentas páginas de cerradas análises dos textos dantescos”.

Como consequência direta do dever de fundamentar surge a obrigação de citar sempre a fonte e a autoria da idéia (citação indireta) ou do discurso utilizado (citação direta), possibilitando ao leitor a confirmação e a confrontação com os textos originais e o prolongamento do debate acadêmico por meio de uma referência contida ou no texto ou em nota de rodapé.

Não há necessidade de fazer constar o item desenvolvimento no sumário da monografia. Todos os capítulos situados entre a introdução e as considerações finais são presumidamente partes integrantes deste elemento textual.

9.2.3 Conclusão ou Considerações finais

Constitui-se na ligação e articulação objetiva de todo o conteúdo do trabalho (CRUZ, HOFFMANN, RIBEIRO, 2006, p.164). Neste item, o pesquisador fará uma síntese de todo o seu estudo, restabelecerá os aspectos mais relevantes da pesquisa e manifestará o seu ponto de vista sobre os resultados obtidos e sobre o alcance dos mesmos, sugerindo, ser for o caso, novas pesquisas na área (FRANÇA et al., 2007, p.42).

Deve-se, entretanto, tomar o cuidado especial de não incluir novos dados neste elemento textual.

9.4 ELEMENTOS PÓS-TEXTUAIS

Elementos pós-textuais são aqueles que sucedem a parte textual do trabalho, com a função de complementar o texto.

a) Referências

Segundo França et al. (2007, p.40), o item referências “consiste numa listagem das publicações utilizadas para elaboração do trabalho, podendo ser ordenada alfabeticamente ou pelo sistema numérico”.

Trata-se, em outros termos, do conjunto de elementos que identificam as obras citadas no texto. O item 5 deste trabalho faz um detalhamento amplo das referências.

b) Glossário

Relação de palavras ou expressões técnicas de uso restrito ou de sentido obscuro, utilizadas no texto, acompanhadas das respectivas definições e ou traduções (FRANÇA et al, 2007, p.43).

c) Anexos

Documentos complementares ao texto da pesquisa que têm a função de comprovar, ilustrar ou fundamentar o texto e cuja autoria não é do pesquisador. Apenas os materiais essenciais deverão ser anexados à pesquisa (CRUZ; HOFFMANN; RIBEIRO, 2006, p.270). São identificados por letras maiúsculas consecutivas, travessão e o respectivo título. Quando há apenas um anexo ou apêndice, não há identificação por letra.

ANEXO A – Regulamento da Câmara de Arbitragem da Universidade de Coimbra.

d) Apêndices

Documentos complementares ao texto da pesquisa que têm a função de comprovar, ilustrar ou fundamentar o texto e cuja autoria é do pesquisador tais como roteiro de entrevistas, questionários. São identificados da mesma maneira que os anexos.

APÊNDICE A – Sugestão de questionário a ser aplicado para pesquisa de campo na área.
--

10 CITAÇÕES ²

10.1 CONCEITO E FUNÇÕES

No decorrer do trabalho científico, o pesquisador encontrará uma série de informações, ideias e discursos que lhe servirão de base teórica para a fundamentação e desenvolvimento do seu TCC. O transporte destes dados para o interior do texto científico ocorre por meio das chamadas citações (NUNES, 2009, 116).

Para a ABNT (2002, p.2), citação é “a menção, no texto, de uma informação extraída de outra fonte”.

A falta de referência à origem dos pensamentos e dados apresentados no trabalho científico é considerada grave infração acadêmica, pois além de ferir direitos autorais e princípios éticos, impede o leitor de conferir e ampliar a reflexão proposta. Neste sentido, transcreve-se:

[...] Essencialmente, viu-se, estamos obrigados a afirmar nossas fontes, sempre; ou seja, sempre que citamos o pensamento alheio, devemos honestamente informar de quem retiramos a idéia; melhor: de quem e de onde, vale dizer, estamos obrigados a informar a autoria bem como a origem precisa do pensamento, permitindo, inclusive, que o debate científico se prolongue pela verificação de serem adequadas ou não a interpretação feita (MAMEDE, 2001, p.103).

10.2 TIPOS

Dois são os tipos de citações possíveis: a direta ou literal e a indireta ou livre.

Por citação direta entende-se a “transcrição textual de parte da obra do autor consultado” (ABNT, 2002, 2). A transcrição literal deverá ser idêntica ao trecho transcrito, de modo que até mesmo eventuais erros devem ser transcritos. Neste caso, após o termo inadequado, o pesquisador deverá colocar a palavra “sic”, informando ao leitor se tratar de equívoco do texto original e não seu (NUNES, 2009, p. 117).

² De acordo com a NBR 10520 (ABNT, 2002b).

Por outro lado, considera-se indireta ou livre uma citação quando o texto é baseado no pensamento do autor consultado, mas não se utilizam as mesmas palavras deste. Remete-se aos conceitos da obra consultada através do recurso linguístico da paráfrase. Todavia, o fato de expor algo com suas próprias palavras não torna o pensamento próprio, razão pela qual a fonte deverá, de igual modo, ser citada, sob o risco de se cometer plágio (ECO, 2009, p.129).

Nas citações indiretas fica a critério do autor incluir a página. Caso se decida pela inclusão, ela deverá ser feita em todo o texto.

10.3 REFERÊNCIA DA CITAÇÃO

Toda citação (direta ou indireta) implica em uma referência à obra de onde foi retirada a ideia. Isso é necessário para que os leitores possam expandir sua pesquisa e até mesmo conferir a fidelidade das informações ali prestadas.

A referência do autor e da obra de onde foi utilizada deverá ser feita no próprio corpo texto por meio do sistema autor-data. Ao final do estudo, todas as referências utilizadas serão reunidas em uma lista organizada em ordem alfabética.

Nesse sistema de referências, os dados devem aparecer da seguinte maneira: sobrenome de cada autor ou pelo nome de cada entidade responsável até o primeiro sinal de pontuação, seguido(s) da data de publicação do documento e da(s) página(s) da citação, no caso de citação direta, separados por vírgula e entre parênteses.

Exemplo:

Portanto, “quando copio o texto de terceiro, palavra por palavra, tal como se encontra escrito, faço uma citação textual” (MAMEDE, 2001, p.104).

10.4 REGRAS GERAIS DE APRESENTAÇÃO

a) Citação livre ou indireta:

Quando se reproduzem ideias sem utilizar as próprias palavras do autor.

Quando o autor da citação estiver inserido no texto, esse deve estar grafado com a primeira letra maiúscula e as demais em minúscula e, quando estiver depois do texto, entre parênteses, todo o nome deve vir em letra maiúscula. Se a opção for a de fazer a citação na nota de rodapé, seguir as instruções do item 4.3.

Havendo mais de uma fonte a ser citada, estas devem estar em ordem alfabética, separadas por ponto e vírgula. Quando o texto pertencer até 3 autores, separar os nomes por ponto e vírgula.

Como afirma Mamede (2001) existem dois tipos de citação possíveis.

Existem dois tipos de citação possíveis (MAMEDE, 2001).

Conclusão constitui-se na ligação e articulação objetiva de todo o conteúdo do trabalho (CRUZ; HOFFMANN; RIBEIRO, 2006, p.164).

b) Citação textual ou direta:

Transcrição literal de textos de outros autores. Além do ano, a citação da página da fonte consultada também é obrigatória. Supressões ou interpelações (comentários) devem ser indicadas pelo uso de colchetes.

b.1) Citação textual longa:

Toda citação textual longa com mais de três linhas. Devem constituir um parágrafo independente, recuado a 4 cm da margem esquerda, com espaçamento simples e com tamanho de letra 11 e **sem aspas**.

Neste sentido transcreve-se:

[...] Essencialmente, viu-se, estamos obrigados a afirmar nossas fontes, sempre; ou seja, sempre que citamos o pensamento alheio, devemos honestamente informar de quem retiramos a idéia; melhor: de quem e de onde, vale dizer, estamos obrigados a informar a autoria bem como a origem precisa do pensamento, permitindo, inclusive, que o debate científico se prolongue pela verificação de serem adequadas ou não a interpretação feita (MAMEDE, 2001, p.103).

b.2) Citação textual curta: (de até 3 linhas) inseridas no texto e com aspas.

Portanto, “quando copio o texto de terceiro, palavra por palavra, tal como se encontra escrito, faço uma citação textual” (MAMEDE, 2001, p.104).

c) Citação de citação

Reprodução de informação citada por outros autores cuja obra original não se teve acesso. Usa-se o termo *apud* (=citado por). Nas referências devem-se incluir duas entradas: uma relacionada ao documento não lido, seguido da expressão *apud*, seguida da obra lida e outra relacionada à obra lida.

Eco (1999 *apud* MAMEDE, 2001) apresenta aspectos relevantes para a escolha de um tema científico.

d) Coincidência de sobrenomes de autores

Acrescentam-se as iniciais de seus prenomes.

(ERSE, C., 2007)

(ERSE, A, 2008)

Se mesmo assim existir coincidência, colocam-se os prenomes por extenso:

(ERSE, Cristiano, 2007)

(ERSE, Carlos, 2008)

e) Documentos de um mesmo autor publicados em um mesmo ano

Acrescentam-se letras minúsculas.

(ERSE, 2007 a)

(ERSE, 2007 b)

f) Documentos de mesma autoria publicados em anos diferentes

Datas separadas por vírgulas.

(ERSE, C., 2007, 2008, 2009)

g) Entidades coletivas conhecidas por siglas

Citar o nome por extenso acompanhado da sigla na primeira citação e, a partir daí, usar apenas a sigla.

Os dados apresentados foram fornecidos pela Ordem dos Advogados do Brasil (OAB).

h) Documento de autoria de órgão da administração direta do governo

Citar o nome geográfico seguido da data do documento.

O novo código civil brasileiro consagra o cônjuge como herdeiro necessário dos bens particulares (BRASIL, 2001).

i) Documento sem autoria conhecida

Usa-se a primeira palavra do título, em letras maiúsculas, seguida de reticências e data entre parênteses.

De acordo com o BOLETIM (2007), os advogados...

j) Quando se tratar de documento sem data

Registrar uma data aproximada, entre colchetes:

Erse [2003¿]

k) Quando houver necessidade de suprimir partes de uma citação

Usar reticências entre colchetes.

Para Maia (2003, p.33), “o aspecto mais relevante [...] é a natureza jurídica do instituto jurídico.”

l) Citação de textos em língua estrangeira

Neste caso deve-se transcrever a citação na língua original, traduzindo-a em nota de rodapé ou traduzir diretamente no texto e indicar, em nota de rodapé, a língua do documento original.

Para a *Organisation for Economic Co-operation and Development* (OECD), governança corporativa

é o sistema segundo o qual as sociedades empresariais são dirigidas e controladas. A estrutura do governo das sociedades especifica a distribuição dos direitos e responsabilidades entre os diferentes participantes da sociedade, tais como o conselho de administração, os diretores executivos, os acionistas e outros interessados, além de definir as regras e procedimentos para a tomada de decisão em relação às questões corporativas. Assim fazendo, oferece também as bases através das quais os objetivos da empresa são estabelecidos, definindo os meios para se alcançarem tais objetivos e os instrumentos para se monitorar a performance.

No Rodapé

Tradução livre do texto em inglês.

m) Dados obtidos por informação oral

Escrever a expressão informação verbal entre parênteses, mencionando em nota de rodapé a origem dos dados.

O Plano de ensino deverá ser entregue uma semana antes do início das aulas (informação verbal).

Nota de rodapé:

Informação repassada na reunião de colegiado da Faculdade de Direito Padre Arnaldo Janssen.

11 CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO

O processo de avaliação do TCC leva em consideração questões formais, materiais e comportamentais, respeitando o princípio geral da continuidade avaliativa. É realizado durante todo o processo de elaboração do TCC, por meio das informações prestadas pelo orientador aos avaliadores do relatório da pesquisa.

Embora cada componente de uma banca avaliadora tenha autonomia para atribuir notas aos trabalhos acadêmicos, existem parâmetros avaliativos de natureza quase universal que merecem ser sempre considerados. Veja:

I - Quanto à avaliação do trabalho escrito:

- a) Apresentação formal do trabalho: elementos pré-textuais, pós-textuais, formatação, citações e notas de rodapé.
- b) Redação do texto científico: clareza, objetividade, coesão e correção do texto.
- c) Relevância científica do tema.
- d) Introdução: apresentação dos principais aspectos da pesquisa científica realizada.
- e) Desenvolvimento: revisão da literatura, argumentação e fundamentação do trabalho.
- f) Considerações finais: ligação e articulação objetiva de todo o conteúdo do trabalho.
- g) Comportamento do discente: grau de comprometimento durante a elaboração do trabalho escrito.

12 APRESENTAÇÃO FORMAL DO ARTIGO CIENTÍFICO

12.1 FORMATAÇÃO

Abaixo estão listadas as regras sobre apresentação formal do TCC na Faculdade de Direito Padre Arnaldo Janssen.

a) **Papel**

Branco A4 (210 x 297 mm).

b) **Impressão**

A impressão deverá ser feita de um lado apenas, utilizando-se a cor preta. Outras cores somente para ilustrações

c) **Fonte**

Tamanho 12 para texto e tamanho 11 para citações acima de três linhas e notas de rodapé.

d) **Tipo de letra**

Times New Roman ou Arial.

e) **Margem**

Superior e esquerda de 3 cm; inferior e direita de 2 cm.

f) **Espaçamento**

Espaço 1,5 entre linhas e entre o título do capítulo e das sessões. Entre os títulos e o texto deixar dois espaços de 1,5.

g) **Parágrafos**

Não há orientação por parte da ABNT. Deve-se, todavia, manter o padrão escolhido em todo o TCC.

Duas são as alternativas mais comuns: moderna ou contemporânea, sem recuo da margem esquerda e com espaçamento entre os parágrafos; tradicional com digitação a 2 cm da margem esquerda e sem espaço entre parágrafos.

h) **Sumário**³

Começa com o item “Introdução”. Os elementos pré-textuais não fazem parte do sumário. O termo Sumário deve vir centralizado, em caixa alta e em negrito.

i) **Numeração das seções**⁴

As seções primárias são as principais divisões do texto e são denominadas “capítulos”. As seções primárias podem ser divididas em seções secundárias; as secundárias em terciárias, e assim por diante.

O indicativo numérico de uma seção precede seu título, alinhado à esquerda, separado por um espaço (sem ponto). Os títulos sem indicativo numérico, como lista de ilustrações, sumário, resumo, referências, anexos e outros, devem ser centralizados.

São empregados algarismos arábicos na numeração; o indicativo de uma seção precede o título separado por um espaço (sem ponto).

O indicativo da seção secundária é constituído pelo indicativo da seção primária que a precede seguido do número que lhe foi atribuído na seqüência do assunto e separado por

³ De acordo com a NBR6027(ABNT, 1989,b).

⁴ De acordo com a NBR6024 (ABNT, 1989a).

ponto. Repete-se o mesmo processo em relação às demais seções; na leitura, não se lê os pontos (*exemplo: 2.1.1 lê-se “dois um um”*).

j) **Paginação**

De acordo com a NBR 14724, todas as folhas do trabalho, a partir da folha de rosto, devem ser contadas seqüencialmente, mas não numeradas.

A numeração é colocada, a partir da primeira folha da parte textual, ou seja, a partir da introdução, em algarismos arábicos, no canto superior direito da folha, a 2 cm da borda superior, ficando o último algarismo a 2 cm da borda direita da folha.

Havendo apêndice e anexo, as suas folhas devem ser numeradas de maneira contínua e sua paginação deve dar seguimento à do texto principal.

k) **Figuras (mapas, desenhos, fotos, etc.)**

Deverão ser inseridas o mais próximo possível do texto a que se referem e devem ser centradas na página. As legendas devem aparecer na parte inferior, seguidas de seu número em algarismo arábico, com título e fonte (digitados em fonte tamanho 12), na mesma margem da ilustração (LAGE, 2008, p.14). No texto, utilizar a abreviatura FIG.

FIGURA 1 – Modelo do pátio da empresa



Fonte: GUIMARÃES; MARTINS, 1990, p.25

l) Gráficos: Utilizar no texto a abreviatura GRAF (LAGE, 2008, p.15)



GRÁFICO 1 – Distribuição da frequência dos diagnósticos

Fonte: ALMADA et al., 1990, p.125

m) Quadros:

QUADRO 01

Idiomas por país

Região	Idioma
China	Chinês
Brasil	Português
França	Francês
Alemanha	Alemão
Noruega	Norueguês

Fonte: IBGE, 1999, p. 55

n) Tabelas

Contém informações tratadas estatisticamente. As tabelas deverão ser inseridas o mais próximo possível do texto a que se referem. As legendas devem aparecer na parte superior, centralizadas, em algarismo arábico, contendo número da tabela e título em fonte 12. Fontes e notas devem ser colocadas na parte inferior da tabela. Devem possuir traços horizontais e verticais,

separando as colunas de cabeçalho e na parte inferior, sem traços para separar as linhas de dados (LAGE, 2008, p.16).

TABELA 01
Produção de laranja por região

Região	<i>Produção</i>	
	Toneladas	%
Total	25 347 202	100,00
Norte	303 034	1,19
Nordeste	3 403 709	13,42
Sudeste	17 101 891	67,47
Sul	2 887 727	11,38
Centro-Oeste	1 759 801	6,64

Fonte: IBGE, 1999, p. 55

o) **Títulos:**

Títulos: fonte 12 com negrito e maiúscula; Subtítulos: fonte 12 com negrito; Sub-subtítulos: fonte 12 com itálico.

p) **Notas de rodapé**

De acordo com a ABNT, existem dois tipos de notas de rodapé: as de referência e as explicativas. As notas de referência são geralmente usadas para indicar fontes bibliográficas ou citações traduzidas, enquanto as notas explicativas são informações complementares que não devem fazer parte do texto a fim de evitar uma quebra na seqüência da leitura.

As notas de rodapé deverão ser inseridas na margem inferior, separadas por traço contínuo de 3 centímetros e sem espaço entre elas.

q) **Alíneas**

Pode-se utilizar alíneas para relacionar itens de conteúdo pouco extenso. Deverão ser recuadas com relação à margem esquerda. As alíneas também podem ser adotadas para as seções sem títulos.

r) **Siglas e abreviaturas**

No texto, quando uma sigla ou abreviatura for usada pela primeira vez, deve estar entre parênteses e ser precedida pelo nome em extenso. Não abreviar nomes geográficos, exceção apenas para os universalmente aceitos, como EUA, UK. Não se usa plural para as formas abreviadas das palavras.

Ex.: Ordem dos Advogados do Brasil (OAB).

12. 2 REFERÊNCIAS

Elemento pós-textual que identifica o conjunto de as obras consultadas e/ou citadas no texto. As referências devem ser ordenadas em uma única ordem alfabética, em espaço simples entre linhas e espaço duplo entre elas.

Usam-se letras maiúsculas (Caixa Alta) para: Sobrenome (s) principal (s) do (s) autor (es); nomes de entidades; primeira palavra de referência quando a entrada é por título; entrada de eventos, Congressos, Seminários.

Usa-se travessão (facultativamente) para substituir nomes de autores, quando se tratar de várias obras do mesmo autor, referenciados na seqüência da listagem bibliográfica. O travessão tem a extensão de seis espaços seguidos de ponto.

A utilização de grifo, negrito ou itálico é indicada para título dos periódicos e das obras que não iniciam a referência.

O espaçamento nas referências é simples.

a) Autor único

AUTOR. **Título:** subtítulo. Edição. Local (cidade) de publicação: Editora, data de publicação.

BERTOZZI, R. **Marketing Jurídico Essencial:** Estratégias, Idéias e Inovações para a Construção de Marcas Jurídicas de Sucesso. Curitiba: Juruá Editora, 2008.

b) Até três autores:

Mencionados na mesma ordem em que constam da publicação, separados por ponto e vírgula.

CRUZ, C; HOFFMANN, C; RIBEIRO, U. **Trabalho de Conclusão de Curso:** A excelência como diferencial. Belo Horizonte: Editora New Hampton Press Ltda, 2006.

c) Mais de três autores:

Menciona-se apenas o primeiro, seguido da expressão latina *et al.* (= e outros)

FRANÇA, Júnia *et al.* **Manual para normalização de publicações técnico-científicas.** 8ª.edição. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2007.

d) Responsabilidade intelectual:

Menciona-se o nome do responsável intelectual destacado, seguida abreviatura que caracteriza o tipo de responsabilidade (organizador, coordenador, etc.)

ABREU, Jorge Manoel (Coord.). **Estudos avançados de Direito Empresarial.** Coimbra: Almedina, 2008.

e) Entidades coletivas (órgãos governamentais, empresas, etc.)

Se a entidade tiver uma denominação específica, entra-se diretamente pelo seu nome, em maiúscula, seguido do local da sede.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS, Rio de Janeiro. **NBR 5891**: regras de arredondamento na numeração decimal. Rio de Janeiro, 1977.

Quando se tratar de órgão da administração direta (Ministérios, Secretarias e outros) entra-se pelo nome geográfico, que indica esfera de subordinação.

BELO HORIZONTE. Prefeitura Municipal. Secretaria Municipal de Educação e Cultura. **Relatório de atividades culturais**: PBH. Belo Horizonte, 2007.

Quando o órgão é subordinado a uma instituição, deve-se entrar pelo nome desta última

FACULDADE DE DIREITO PADRE ARNALDO JANSSEN. Biblioteca. **Relatório de atividades 2010**. Belo Horizonte: FAJANSSEN, 2010.

f) Monografias, dissertações e teses consideradas no todo

AUTOR. **Título**: subtítulo. Ano de apresentação. Número de folhas. Categoria (Grau e área de concentração) – Instituição, local e ano da defesa.

ROQUETE, F. F. **Impactos da regulamentação estatal na gestão organizacional**: o caso de uma cooperativa médica Unimed no Estado de Minas Gerais. 2002. 226 f. Dissertação (Mestrado em Administração) – Centro de Pós-Graduação e Pesquisas em Administração, Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2002.

g) Monografias, dissertações, teses e livros considerados em parte

O autor do capítulo é o mesmo do livro

ERSE, C. S. Negociação. In: _____. **Técnicas empresariais**. Coimbra: Almedina, 2009. Cap. 2, p. 39-61

Autores diferentes

ERSE, C.S. Sociedade Anônima Desportiva. In: ABREU, Jorge Manoel (org.). **Estudos de direito societário**. Coimbra: Almedina, 2009.

h) Eventos (Congressos, conferências, encontros, etc.)

NOME DO CONGRESSO, número, ano, Cidade onde se realizou o congresso. **Título:** subtítulo. Local da Publicação: Editora, data de publicação.

CONGRESSO MINEIRO DE DIREITO EMPRESARIAL, 10, 2005, Belo Horizonte. **Anais...**Belo Horizonte: AMDE, 2008.

Trabalhos apresentados em Congressos, conferências, encontros, etc.

CERCEAU, J.; ROQUETE, F. F. Estratégia organizacional e a gestão de RH: a experiência de uma empresa do setor eletroeletrônico da região metropolitana de Belo Horizonte. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS ORGANIZACIONAIS, 1º, 2000, Curitiba. **Anais...**Curitiba: ENEO, 2000.

i) Publicações periódicas

Artigos de revista com autoria

AUTOR DO ARTIGO. Título do artigo. **Título da revista**. Local da Publicação, Número do Volume, Número do Fascículo, Páginas inicial-final, mês e ano.

ANTONIALLI, L. M. Influência da mudança de gestão nas estratégias de uma cooperativa agropecuária. **Revista de Administração Contemporânea**, Rio de Janeiro, V. 4, n. 1, p. 135-144, jan./abr. 2000.

Artigo / matéria de jornal com autoria.

Quando há seção:

AUTOR DO ARTIGO. Título do artigo. **Título do jornal**, Local da Publicação, dia, mês, ano. Número ou título do caderno, seção ou suplemento, páginas inicial-final.

DIAS, E. C. Desafios marcam futuro do ensino da medicina. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 22 Abr. 2001. Folha Turismo, Caderno 8, p. 8.

Quando não há seção:

NAVES, P. MP fiscaliza com autonomia total. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, p.3, 25 abr. 1999.

j) Obras sem indicação de autoria: entrada feita pelo título seguida de reticências.

ANTEPROJETO de lei. **Estudos e debates**, Brasília, DF, n.13, p. 51-60, jan. 1987.

k) Legislação

PAÍS, ESTADO OU MUNICÍPIO. Lei ou Decreto, número, data (dia, mês e ano). Ementa. Dados da Publicação que transcreveu a lei ou decreto.

BRASIL. **Lei 8.906, de 4 de julho de 1994**. Dispõe sobre o Estatuto da Advocacia e a Ordem dos Advogados do Brasil – OAB. Brasília: Senado Federal, 1994.

l) Jurisprudências (decisões judiciais)

Compreende súmulas, enunciados, acórdãos, sentença e demais decisões judiciais.

JURISDIÇÃO. Órgão judiciário competente. Título (natureza da decisão ou ementa) e número. Partes envolvidas (se houver), relator, local, data e dados da publicação.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. Habeas-corpus n.181.636-1, da 6ª. Câmara Cível do Tribunal de Justiça de São Paulo, Brasília, DF, 6 de dezembro de 1994. **Lex**: jurisprudência do STJ e Tribunais Regionais Federais, São Paulo, v.10, n103, o.226-240, mar.1998.

m) Artigos em revistas eletrônicas

CASTRO JÚNIOR, Armindo de. Conflito entre marcas e outros sinais distintivos do empresário. **Revista Jus Navigandi**, Teresina, ano 21, n. 4879, 9 nov. 2016. Disponível em: <<https://jus.com.br/artigos/53450>>. Acesso em: 10 nov. 2016.

13 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Não se deve perder a oportunidade de crescer intelectualmente com a construção dos Trabalhos de Conclusão de Curso. Mais que o resultado da pesquisa, importante mesmo é o aprimoramento das habilidades de articulação, reflexão e raciocínio que este proporciona.

A prática científica não está dissociada do dia a dia profissional. As ferramentas e os métodos científicos são úteis nas carreiras jurídicas e, certamente, será mais fácil redigir uma petição, uma sentença, um parecer, se o autor as fizer de forma sistemática, metódica e organizada.

Neste contexto, compreender a metodologia científica e a natureza dos Trabalhos Acadêmicos é fundamental.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 6022**: informação e documentação: artigo em publicação periódica científica impressa: apresentação. Rio de Janeiro, 2003.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 6023**: informação e documentação: referências: elaboração. Rio de Janeiro, 2002.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 6024**: informação e documentação: numeração progressiva das seções de um documento escrito: apresentação. Rio de Janeiro, 2003.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 6027**: informação e documentação: sumário: apresentação. Rio de Janeiro, 2003.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 6028**: informação e documentação: resumos: apresentação Rio de Janeiro, 2003.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 6034**: informação e documentação: índice: apresentação. Rio de Janeiro, 2002.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 10520**: informação e documentação: citações em documentos: apresentação. Rio de Janeiro, 2002.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 12225**: informação e documentação: lombada: apresentação. Rio de Janeiro, 2004.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 14724**: informação e documentação: trabalhos acadêmicos: apresentação. Rio de Janeiro, 2005.

CRUZ, C; HOFFMANN, C; RIBEIRO, U. **Trabalho de Conclusão de Curso**: a excelência como diferencial. Belo Horizonte: New Hampton Press, 2006.

ECO, Humberto. **Como se faz uma tese**. 22. ed. São Paulo: Perspectiva, 2009.

FRANÇA, Júnia *et al.* **Manual para normalização de publicações técnico-científicas**. 8. ed. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2007.

GALUPPO, Marcelo Campos. **Da idéia à defesa**: monografias e teses jurídicas. 2. ed. Belo Horizonte: Mandamentos, 2008.

LAGE, Esther Leopoldo. **Manual de normalização para elaboração de monografia**. Belo Horizonte: FCGPAJ, 2009.

MAMEDE, Gladston. **O trabalho acadêmico no direito**: monografias, dissertações e teses. Belo Horizonte: Mandamentos, 2001.

MICHEL, Maria Helena. **Metodologia e Pesquisa Científica em Ciências Sociais**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

NUNES, Rizzatto. **Manual da monografia jurídica**: como se faz uma monografia, uma dissertação, uma tese. 7.ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

SALOMON, Délcio Vieira. **Como fazer uma monografia**. 11. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2008.